

O Tuiuti

BOLETIM PROFISSIONAL DE HISTÓRIA MILITAR



2014 / Nº 134

Padre Vieira Diplomacia Problemática





O TUIUTI

Informativo oficial da AHIMTB/RS

Órgão de divulgação das atividades da Academia de História Militar Terrestre do Brasil / Rio Grande do Sul (AHIMTB/RS) - Academia General Rinaldo Pereira da Câmara - e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS). Membro da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB).

EDITOR

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel
Presidente da AHIMTB/RS
Vice do IHTRGS
lecaminha@gmail.com

PROJETO GRÁFICO/DESIGN

Fabricio Gustavo Dillenburg
Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis
nucleomilitar@gmail.com

ENDEREÇOS VIRTUAIS

acadhistoria@gmail.com
www.acadhistoria.com.br

O informativo **O Tuiuti** é uma publicação da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, seção Rio Grande do Sul e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. Seu objetivo é a divulgação dos trabalhos das duas entidades, bem como da História Militar e temas relacionados. Os textos publicados expressam única e exclusivamente a opinião dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião da AHIMTB/RS, do IHTRGS, da FAHIMTB, ou de seus membros, como um todo. O material publicado no informativo está protegido por Leis Internacionais de Copyright. Para publicação e/ou redistribuição, por favor, entre em contato com o Editor.



EDITORIAL

Mais um ano que se encerra, um tanto obliterado pelos infortúnios que nosso tão belo país vem sofrendo. Mais um ano de luta, de incessante trabalho de resgate histórico. Páginas viradas, memórias salvas, preparamo-nos para o próximo, já com muitas ideias germinando, para nossa Instituição.

Foi um ano pródigo, com lançamentos de diversas obras, reestruturação do nosso informativo, palestras, e presença significativa em diversos eventos culturais. Estamos marcando espaço, fazendo acontecer, e não podemos ficar parados. Por isso, aproveitamos o ensejo para enfatizarmos que, neste ano que chega, contamos como nunca com nossos amigos, Membros-Efetivos e Acadêmicos, buscando apoio a fim de manter as engrenagens em funcionamento, a pleno vapor. Temos que não apenas manter, mas acelerar o processo de resgate histórico, produzir ainda mais e valorizar o que de fato é importante na História brasileira: seu povo, seus heróis, os que construíram nossa nação em prol de um futuro digno.

Nesse processo, apresentamos no último O Tuiuti do ano, um texto sobre o Padre Vieira e seu papel diplomático, além de um resgate da memória do 31º GAC (Es), e um rápido relato do encerramento do Ciclo de Palestras Sobre História Militar do Núcleo de Estudos Vae Victis, de 2014.

Mais um ano que se encerra, e mais uma vez colocamos em suas mãos um número de O Tuiuti que transmite, em seu cerne, não apenas nossa preocupação com a memória, mas também os nossos votos de um excepcional Natal e uma excelente virada de ano. Que 2015 nos traga mais alegrias e justiça, fartura e bons momentos.

F. G. Dillenburg (Co-Editor) por
Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel
Editor

CONTEÚDO

4 PADRE VIEIRA E A DIPLOMACIA

por Vasco Mariz

Negociador com os holandeses, seus equívocos quase levaram Portugal a perder suas colônias na América.

10 CICLO DE PALESTRAS 2014

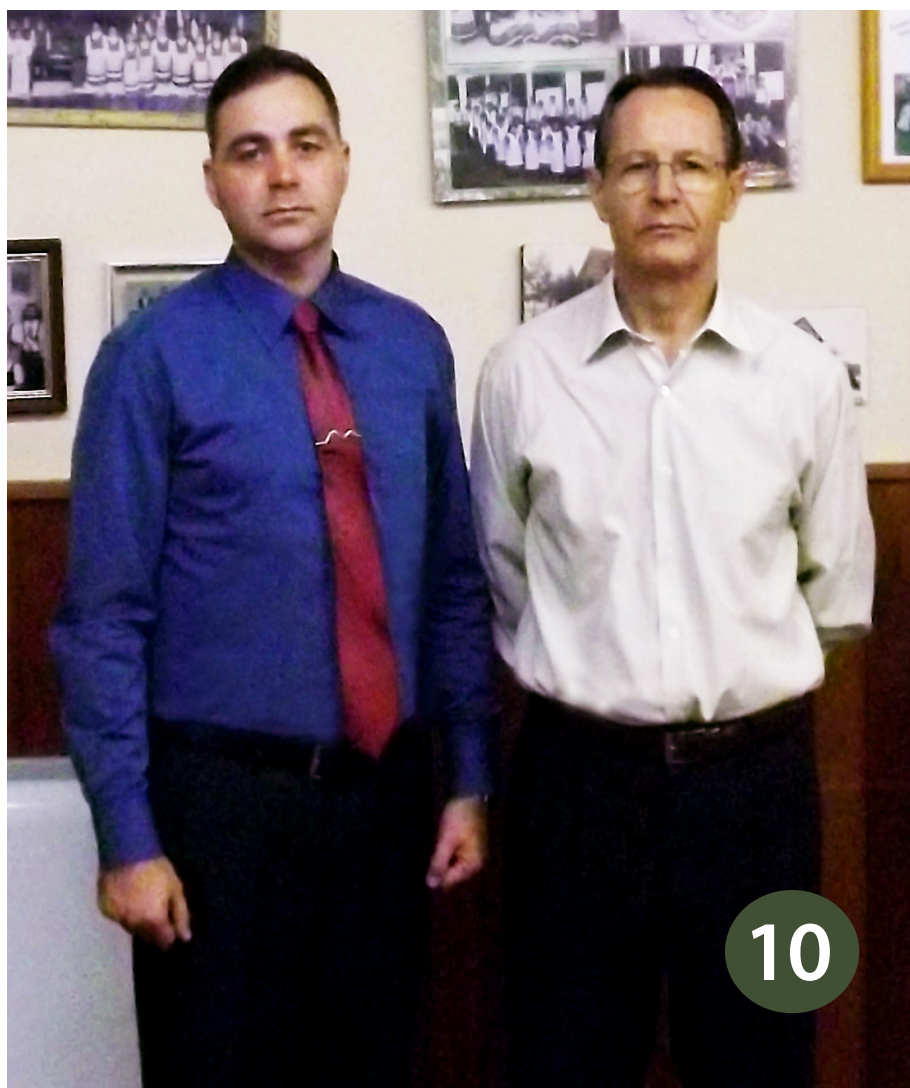
Comunicação

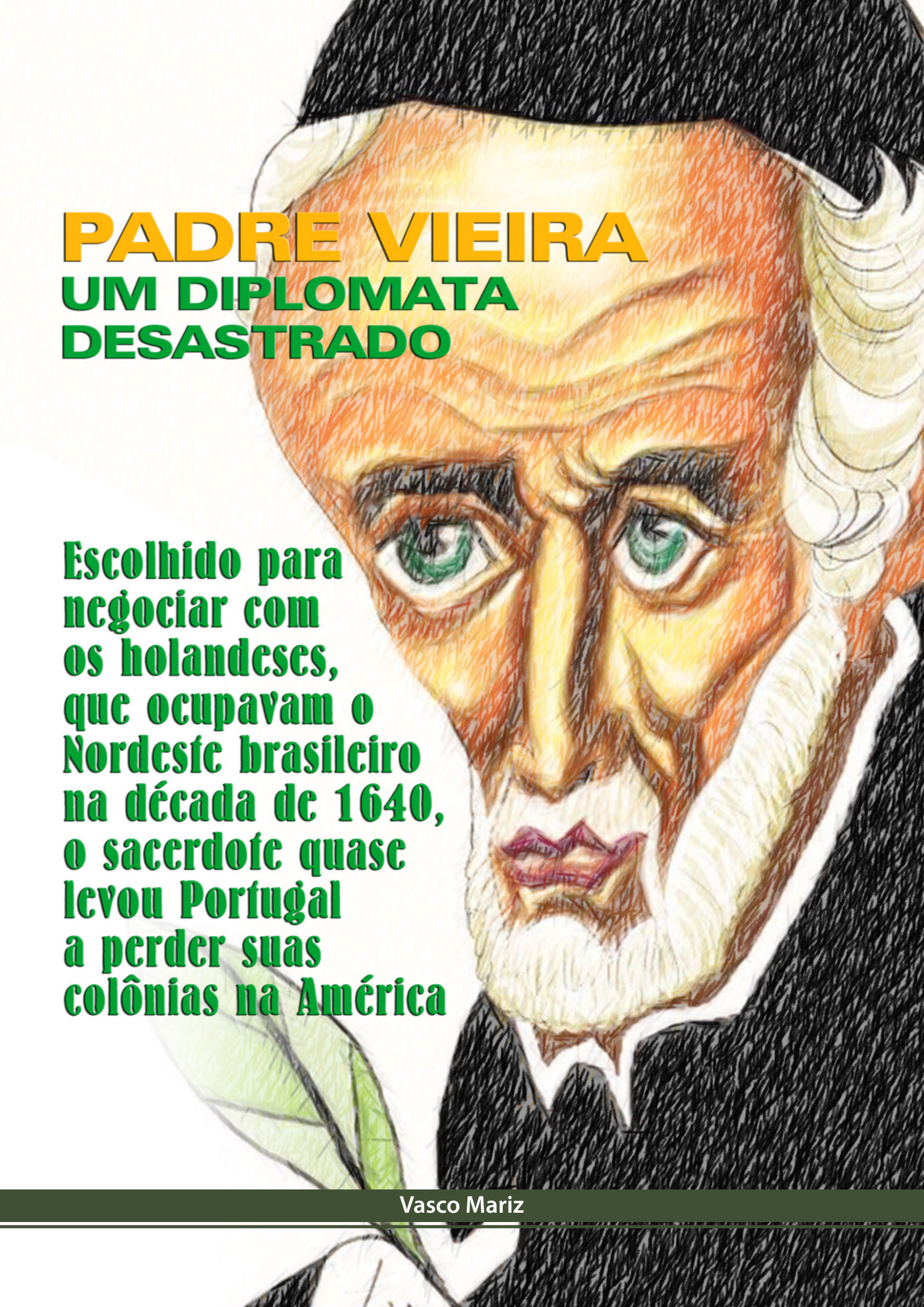
Palestra dupla em Gramado, que encerrou o Ciclo de Palestras Sobre História Militar edição 2014.

12 SANTA BÁRBARA

por Cel Edmir Mármora Júnior

Lembrando algumas histórias de camaradagem do 31º GAC (Es).





PADRE VIEIRA

UM DIPLOMATA DESASTRADO

**Escolhido para
negociar com
os holandeses,
que ocupavam o
Nordeste brasileiro
na década de 1640,
o sacerdote quase
levou Portugal
a perder suas
colônias na América**

Vasco Mariz

Em fevereiro de 1647, um misterioso personagem começou a circular pelas ruas de Haia, na Holanda, ao lado do embaixador português, Francisco de Sousa Coutinho. Vestido de escarlate e ostentando um belo bigode, essa intrigante figura se movia sob a proteção de uma capa e uma espada. Naquele momento ninguém sabia, mas a eminência parda havia chegado aos Países Baixos em missão secreta, como emissário direto do rei D. João IV de Portugal. Seu objetivo: negociar a devolução das áreas então controladas pelos holandeses no Nordeste do Brasil. Sua identidade verdadeira: padre Antônio Vieira.

Célebre por sua atuação em defesa dos indígenas na América e pelo seu talento como orador, o sacerdote jesuíta teve uma meteórica, desastrosa e pouco conhecida carreira diplomática durante os dez anos que passou na Europa, na década de 1640.

Tudo começou em 1641, quando ele foi convidado a integrar a comissão baiana encarregada de levar as congratulações do Brasil ao rei D. João IV, que havia acabado de assumir o trono português depois de mais de 60 anos de domínio espanhol.

Então com 33 anos, ele logo fascinou o monarca com seu

talento de orador e passou a ser convidado para debater os problemas nacionais com o soberano. Um dos temas que mais preocupava os dois era a delicada situação do reino diante da dupla ameaça representada pela Holanda e pela Espanha.

Em 1640, Portugal havia proclamado sua independência em relação ao vizinho ibérico, mas Madri não estava nem um pouco disposta a aceitar essa situação, e D. João IV precisava de cada homem e de cada navio para defender sua autonomia política. Nessa situação, como poderia se dar ao luxo de dispersar recursos militares para defender o Brasil e tentar recuperar o Nordeste, ocupado, desde 1630, pelos holandeses?

“O SACERDOTE JESUÍTA TEVE UMA METEÓRICA, DESASTRADA E POUCO CONHECIDA CARREIRA DIPLOMÁTICA DURANTE OS DEZ ANOS QUE PASSOU NA EUROPA, NA DÉCADA DE 1640.”

Diante do impasse, o sacerdote e o monarca chegaram à mesma conclusão: como Portugal não tinha meios para combater os dois inimigos ao mesmo tempo, era preciso negociar a paz a qualquer preço

com a Holanda para se concentrar nos combates pela independência com a Espanha.

O Tratado de Münster selou a paz entre a Espanha e a Holanda, complicando a situação de D. João IV: agora, os dois países poderiam atacar Portugal juntos.

Uma vez definido o objetivo, os dois bolaram um plano para alcançá-lo: o projeto inicial consistia em tentar comprar dos holandeses a metade do Brasil já ocupada. Caso os estrangeiros se recusassem e insistissem em ficar com Pernambuco, o que era mais provável, então o rei estaria disposto até mesmo a reconhecer os direitos dos holandeses sobre aquela riquíssima região em troca de um tratado de paz firme e duradouro, além da promessa de apoio a Portugal em disputas com a Espanha, também inimiga dos batavos.

Em 1646, o monarca enviou Antônio Vieira em uma primeira missão diplomática para avaliar a verdadeira situação política da Holanda. Ele deveria confirmar as informações que a corte de Lisboa recebia do embaixador português em Haia, Francisco de Sousa Coutinho.

Após essa primeira viagem, Vieira deu dois conselhos ao monarca. O primeiro: acres-

centar aos dois milhões de cruzados previstos para a compra das terras no Brasil uma soma adicional para a “compra da compra”, ou seja, o suborno dos delegados holandeses com voto nos Estados Gerais, a assembleia das Províncias Unidas dos Países Baixos. A segunda recomendação foi criar duas companhias comerciais, no estilo das grandes empresas mercantes holandesas, que se ocupariam uma do comércio com o Brasil e Angola, e outra com o Extremo Oriente. Para isso era indispensável obter apoio financeiro dos ricos judeus portugueses que haviam fugido para a França e a Holanda para escapar da Inquisição. Na defesa de sua tese, Vieira chegou até o extremo de combater qualquer tipo de auxílio da metrópole aos patriotas luso-brasileiros, que haviam se organizado bem e se propunham expulsar os holandeses de Pernambuco.

O soberano confiou então ao padre uma missão secreta junto ao embaixador português em Haia para tentar negociar com os holandeses. Foi assim que, em fevereiro de 1647, Vieira desembarcou nos Países Baixos com status de embaixador adjunto, onde ficaria até julho daquele ano, circulando disfarçado sob trajes escarlate, capa e espada.



VISÃO HARMONIZADORA ^

Defendeu infatigavelmente os direitos dos povos indígenas combatendo a sua exploração e escravização e fazendo a sua evangelização. Era por eles chamado de "Paiaçu" (Grande Padre ou Pai, em tupi).

Aos 39 anos, ele estava no auge de sua forma como orador. O magnetismo pessoal e a extraordinária lábia do sacerdote convenceram facilmente os judeus portugueses expatriados nos Países Baixos a ajudar com sua influência regional e suas riquezas, antevendo polpudos negócios a curto prazo. O desafio de convencer as autoridades holandesas da proposta de D. João IV, no entanto, era muito grande, e as negociações conduzidas pelo embaixador residente, Sousa Coutinho, e por seu misterioso ajudante, foram um grande fracasso.

O revés não desanimou o monarca português e D. João IV lançou uma nova investida, dessa vez atuando em duas frentes: agora os portugueses pretendiam negociar ao mesmo tempo com a França, inimiga dos holandeses e espanhóis, e com os Países Baixos.

A estratégia em relação à Holanda permanecia a mesma,

com um ponto adicional: a fim de ganhar tempo para os revoltosos no Brasil, Sousa Coutinho chegou a propor que Portugal e Holanda criassem uma espécie de protetorado conjunto no Nordeste brasileiro. Essa “republicazinha”, como escreveu ele, seria gerida por funcionários dos dois países, sob a direção administrativa da Companhia das Índias Ocidentais.

A novidade dessa segunda rodada de negociações foi a inusitada proposta que D. João IV apresentou à França: casar o herdeiro do trono português, o jovem D. Teodósio, com a filha do duque de Orléans, irmão do rei de França. De acordo com o projeto, elaborado pelo padre Vieira, o soberano lusitano abdicaria em favor do duque de Orléans, que assumiria a regência até a maioria de D. Teodósio. O plano



^ EM DEFESA DE PORTUGAL

Assembleia Nacional, Lisboa. O jesuíta (ao centro) se esforçou para convencer seus compatriotas da importância de fazer a paz com os Países Baixos em virtude da fraqueza de Lisboa. Sua oratória nem sempre obteve sucesso.

previa, portanto, entregar Portugal a um príncipe francês por cinco anos e propunha, muito antes de 1808, a transferência de parte da família real para o Brasil. A ideia era que D. João IV se estabelecesse em Salvador ou no Maranhão e passasse a reinar somente na colônia. Vieira acreditava que, com essa manobra, Portugal e Brasil estariam a salvo, pois os franceses os protegeriam dos holandeses e dos espanhóis.

Se a proposta fosse aceita, o Brasil se separaria de Portugal como um reino independente e os dois provavelmente não voltariam a reunir-se. Mas como conceber o modestíssimo Brasil de então, uma estreita faixa de terra com pouco mais de 100 quilômetros de largura, como um país independente? Se o Nordeste

era rico, o sul era ainda muito pobre em meados do século XVII.

Apesar de absurdo, o projeto foi levado adiante e o sacerdote tomou o caminho de Paris, em 1647, para negociar com o todo-poderoso cardeal Jules Mazarin, primeiro-ministro que governou a França durante a regência da rainha Ana da Áustria. O embaixador português em Paris, o marquês de Niza, ficou boquiaberto com a missão de Vieira. Mostrou-se tão horrorizado com esse projeto secreto que, terminadas as negociações, mandou queimar todos os documentos que mencionavam aquelas conversações com os franceses. Por isso temos poucos pormenores das negociações em Paris.

Mais uma vez, no entanto, os planos do padre Vieira e de D. João IV foram por água abaixo. Mazarin e a regente Ana da Áustria recusaram pronta-

mente a oferta do modesto rei de Portugal. “Que pretensão!”, teriam dito os arrogantes franceses. Esqueciam-se os lusos de que a rainha da França era espanhola e não gostava nada de Portugal. Além disso, a Coroa lusa valia pouco sem o Brasil. O que teria a França a ganhar com essa complicada barganha? Como ponderou o historiador português Hernâni Cidade: “A entronização de um rei no Brasil seria fechar para a França as perspectivas que ela de há muito visionava nesta colônia. Na emergência, defendeu melhor os nossos interesses o cardeal francês do que o jesuíta lusitano”.

Após o novo fracasso diplomático, a situação de D. João IV começou a se complicar. As grandes potências europeias haviam iniciado as negociações da paz de Vestfália, que encerrariam a Guerra dos Trinta Anos e reorganizariam as políticas de alianças no continente em 1648, e a Espanha ameaçava retirar-se das conversas se Portugal, que ela continuava a não reconhecer como país independente, fosse admitido nas reuniões. Segundo o historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello, diante desse impasse o cardeal Mazarin teria aconselhado o marquês de Niza, embaixador português na França, a “agir rapidamente cedendo Pernambuco a fim

de evitar que os holandeses continuassem a fazer todo o mal que já haviam feito em Münster às pretensões portuguesas. Embora não houvesse garantia de que aceitassem a restituição em troca da inclusão de Portugal na paz de Vestfália, era provável que o fizessem, dado o empenho que tinham na reaqusição dos territórios perdidos no Brasil e as enormes despesas em que teriam de incorrer para reconquistá-los pelas armas”.

Por um triz, todo o Nordeste, do Maranhão ao rio São Francisco, quase foi cedido aos holandeses em troca de um duvidoso tratado de paz. Com essa jogada, aparentemente de mestre, D. João IV deixaria de lutar em duas frentes e poderia reforçar a fronteira com a Espanha, sempre desejosa de reconquistar Portugal. Mazarin chegou a mencionar nas conversações com Vieira e com o marquês de Niza a possibilidade de o Rio de Janeiro ser cedido à França, como parte de eventual acordo.

A situação de Portugal piorou ainda mais quando a Holanda assinou um acordo de paz com a Espanha que reconhecia sua independência, em 1648. O fim das hostilidades entre os dois países abriu a possibilidade de ambos se juntarem para atacar Portugal, na Europa e

em suas colônias. D. João IV chamou, então, o padre Vieira de volta a Lisboa. Nessa época, o sacerdote começou a cair em desgraça, pois era unânime em Portugal e no Brasil a reprovação das negociações em Paris e Amsterdã. Nessa altura ele e Sousa Coutinho já eram chamados de “Os Judas do Brasil”.

Acuado, Vieira redigiu a pedido do rei um notável memorando, que ficou conhecido como o “Papel Forte”, para defender o tratado junto aos Conselhos de Estado de D. João IV. Sua argumentação era bastante convincente. Ele comparou a penosa situação de Portugal com a da próspera Holanda, comentando: “Damos-lhes por vontade o que nos hão de tomar pela força. Mas Pernambuco não é doado, senão vendido pelas conveniências da paz, e não vendido para sempre, para o tornarmos a tomar com a mesma facilidade, quando

nos virmos com melhor fortuna. (...) Restituída a região à Companhia [das Índias Ocidentais holandesa], ela passará a ter todo interesse em cultivar a amizade com Portugal, em vez de incorrer nos riscos e gastos de nova conquista do Brasil”.

O curioso é que, quando as coisas estavam realmente mal-paradas e a perda do Brasil parecia inevitável, chegou a Portugal a surpreendente notícia da vitória dos luso-brasileiros na primeira Batalha dos Guararapes, em abril de 1648, que obrigou os invasores a passar para a defensiva. O padre Vieira viu naquilo uma intervenção dos céus: “A Providência divina determinara fazer em Pernambuco um milagre, que ninguém imaginou e todos reconheceram como tal”.

NO FINAL, OS SERMÕES v

O religioso retratado no final de sua vida: nesse período Vieira escreveu a maior parte dos sermões que se tornariam patrimônio da língua portuguesa, marcando seu verdadeiro legado.



No entanto, se os brasileiros haviam conseguido encurralar os holandeses na Paraíba e no Recife, o comércio marítimo com a metrópole continuava um completo desastre. Nada menos que 220 naus portuguesas haviam sido capturadas pelos holandeses, e os luso-brasileiros não podiam mais enviar o seu açúcar para vendê-lo em Lisboa, nem receber armamentos ou ajuda militar de Portugal.

O religioso retratado no final de sua vida: nesse período Vieira escreveu a maior parte dos sermões que se tornariam patrimônio da língua portuguesa.

No fim de 1648 o rei D. João tinha realmente de tomar alguma medida drástica ou abandonar de vez Pernambuco, afirmou o historiador britânico Charles R. Boxer. O monarca aceitou o conselho de Vieira e mandou organizar a Companhia de Comércio do Brasil utilizando o capital judaico português no exílio, que passava a ficar isento de confisco pelas autoridades eclesiásticas da Inquisição, mesmo se o investidor fosse culpado de heresia. Segundo Boxer, a estratégia foi acertada, pois “graças à cooperação da armada da Companhia do Brasil, os patriotas de Pernambuco foram finalmente capazes de expulsar os holandeses do Nordeste em janeiro de 1654”.

Com a vitória dos luso-brasileiros na segunda Batalha dos Guararapes, em fevereiro de 1649, o domínio holandês no Nordeste brasileiro foi ferido de morte e os invasores ficaram apenas com Recife. Ainda sem condições de tomar a cidade, os luso-brasileiros tiveram de esperar pela guerra naval anglo-holandesa, que eclodiu em 1652, para que D. João IV ousasse autorizar a captura do último bastião holandês. O apoio do monarca à resistência contra a ocupação, aliás, sempre foi um tema controverso entre os historiadores. O britânico Charles R. Boxer e o português João Lúcio de Azevedo sugerem que o rei nunca teria dado o seu consentimento expresso à Insurreição Pernambucana e apenas acompanhara a trama de revolta para talvez desautorizá-la depois, em caso de fracasso. Evaldo Cabral de Mello, por outro lado, afirma que o soberano sempre teria apoiado os revoltosos, mas muito discretamente. Seja como for, os holandeses deixaram o Nordeste em 1654, ano da capitulação do Recife.

Com a retomada de Pernambuco, os acordos que o padre Vieira tentou negociar perderam completamente o sentido. O sacerdote ainda seria enviado a Roma em uma última missão diplomática, em janeiro de 1650. Mais uma vez, porém, a coisa terminaria mal.

Depois de se envolver indevidamente na política local, foi obrigado a fugir da Itália em julho do mesmo ano.

De volta ao Brasil, em 1652, o sacerdote se estabeleceu em São Luís do Maranhão, onde se destacou pela defesa dos indígenas contra a ganância dos colonos portugueses. A partir desse período, Antônio Vieira começou a ganhar fama por seus sermões, que se tornariam um dos maiores patrimônios da língua portuguesa. Foi assim que o Brasil ganhou um dos oradores e escritores mais brilhantes de sua história e perdeu um dos diplomatas mais desastrados do Império Português.

•

Fontes:

O negócio do Brasil. Evaldo Cabral de Mello. Topbooks, 2003.

O império marítimo português (1415-1825). Charles R. Boxer. Companhia das Letras, 2002.

História de Antônio Vieira. João Lúcio de Azevedo. Alameda, 2008.

Padre Antônio Vieira. Hernâni Cidade. Editorial Presença, 1997.

A great Luso-Brazilian figure – Padre Antônio Vieira, S.J. (1608-1697). Charles R. Boxer.

•



Duas Faces da Destruição

Passado e Futuro da Guerra

A Casa da Juventude - Associação Cultural Gramado (ACG) - recebeu, na tarde de sábado (13 de Dezembro), mais duas palestras do Ciclo sobre História Militar promovido pelo Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis. Foram apresentados os painéis "**Drones, Robôs e o Futuro da Guerra**" e "**O Brasil na Primeira Guerra Mundial**". O evento teve a parceria da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), da Academia de História Militar Terrestre do Brasil Seção RS (AHIMTB/RS) e da Delegacia Regional FAHIMTB Gen Francisco de Paula Cidade (DRHFPC).

Ficção Científica Vira Realidade

O primeiro palestrante foi Fabricio Gustavo Dillenburg, delegado regional da FAHIMTB e diretor do Núcleo Vae Victis. Em sua explanação, Fabricio discorreu acerca de drones, que são dispositivos (aviões, unidades terrestres etc) guiados remotamente, e robôs, esses, a priori, totalmente autônomos em relação a comandos humanos. Essas tecnologias são, para Dillenburg, tão revolucionárias quanto a bomba atômica, em suas implicações mais profundas.

O historiador explicou que a tecnologia militar está, normalmente, cerca de 10 ou 20 anos à frente da utilizada para fins civis. Afirmou que filmes tais como "O Exterminador do Futuro" deixam, progressivamente, de ser ficção. As principais potências militares já possuem diversos projetos e equipamentos fantásticos, desde os conhecidos drones de combate aéreo americanos até

androides (robôs em forma humana) que conseguem adquirir energia por sua própria conta na natureza. E tudo isso já funcionando ou para ser colocado em ação até o fim desta década, em diversos níveis. Já existem, segundo Fabricio, protótipos de robôs que desenvolvem a própria linguagem, a qual, posteriormente, precisa ser decifrada pelo pesquisador. "Isso altera o conceito de conhecimento, e da própria guerra. No momento em que temos um ser mecânico autônomo operando no campo de batalha, o ser humano fica em segundo plano. Isso muda uma evolução de mais de 10 mil anos da sociedade humana na guerra", argumentou o historiador.

A finalidade desses dispositivos é poupar vidas em batalha, mas seu desenvolvimento tem muitas implicações éticas. "A máquina não é impelida por questões morais e éticas. Para um robô, não há diferença entre um idoso descansando em uma cadeira e um blindado; para ele, ambos são apenas números", ponderou Dillenburg.

Fatos Históricos Pouco Difundidos

Muitas pessoas não sabem, mas o Brasil teve uma considerável participação na Primeira Grande Guerra (1914-1918), conflito que colocou frente a frente as principais potências

da época, deixando quase 20 milhões de mortos. Este foi o tema abordado pelo Coronel Luiz Ernani Caminha Giorgis, Presidente da FAHIMTB/RS e profissional altamente condecorado por seu trabalho.

O Brasil entrou na guerra ao lado de Estados Unidos, França e Reino Unido, após ter navios afundados por submarinos alemães. O país contribuiu com alguns aviadores, uma junta médica que serviu na França, uma missão naval e um grupo de oficiais que comandaram divisões do exército francês. Um destes, o Tenente José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, chegou a comandar, com sucesso, unidades compostas por carros de combate, uma novidade militar da época. No entanto, ao contrário da Segunda Guerra Mundial (1939-1945),

não houve combate com tropas de infantaria brasileira em volume, no solo europeu.

Houve diversas repercussões internas no período da guerra. Destaque para a questão dos imigrantes alemães, que sofreram forte perseguição. Além disso, descendentes de europeus chegaram a servir pelas nações de origem de suas famílias. "Apesar de ter sido proibido se alistar jio exterior, muitos descendentes de europeus, principalmente italianos, ainda tinham a cidadania do país europeu e foram lutar por ele", explicou o Coronel Caminha.

(Fonte: Jornal Integração, Canela, por Igor Mallmann - Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis)



SANTA BÁRBARA

Cel Edmir Mármora Júnior

Cel Art EM

Membro-Efetivo AHIMTB/RS



Relembra-los casos ocorridos no Grupo Escola de Artilharia é voltar ao passado e reviver momentos inesquecíveis que levaremos sempre guardados nos nossos corações.

Em 1984, meia dúzia de capitães oriundos da EsAO foram classificados no 31° GAC (Es) por término de curso, logo assumindo funções de EM e o comando das Baterias. Jovens, entusiasmados, grande vigor físico, conhecimento profissional e, principalmente, a fé que traziam em seus ideais de soldados e de cidadãos, convictos que transformariam o mundo.

Hoje com o passar do tempo eles ainda se encontram, alguns na reserva, que já cumpriram a sua missão, outros na ativa, mas apesar dos cabelos brancos todos sentem no peito o orgulho de terem servido no grupo de artilharia da 9° Bda Inf Mtz (Es).

Como esquecer o nosso Comandante, Cel Abel Machado, oficial de escol, líder por excelência, conduzindo seus subordinados com toda a maestria, aproveitando de cada um o melhor, deixando os talentos desabrocharem, visando sempre a estimular a criatividade e a iniciativa para melhor alcançar os objetivos da unidade que sempre se destacava no cumprimento das mais diferentes e inúmeras tarefas que realizava no seu dia a dia.

O homem vive de mito e de místicas. Na oportunidade, a Brigada era comandada pelo Gen Fajardo, militar destacado pelo profissionalismo e pela maneira com que conduziu toda a sua carreira, voltada totalmente para a tropa e para os exercícios em campanha.

Os exercícios programados para o final do ano de instrução seriam realizados no âmbito da 1ª DE, na área de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, manobras previstas para final de novembro e

início de dezembro, época de chuvas e enchentes na região.

O Grupo, em apoio geral à Bda, apoiaria com os seus fogos cerrados e contínuos os Batalhões que se encontravam em primeiro escalão. As estradas estavam intransitáveis, as viaturas atolavam, a chuva não dava trégua; entretanto, as unidades não paravam, impulsionadas pelos seus Comandantes e oficiais sempre presentes incentivando os seus soldados para o cumprimento da missão.

Por sua vez, a mística do 31º GAC (Es) fazia os seus integrantes vibrarem e se desdobrarem para que tudo corresse da melhor forma possível e o grupo mantivesse o seu prestígio de unidade padrão da nossa Artilharia.

No dia 04 de Dezembro estávamos na área de PC do Gp, aguardando a evolução dos acontecimentos, pouco antes do jantar, cujo cardápio consistia de uma bacalhoadinha para toda a tropa. Procurei o Cap Salgueiro, S-3 da unidade e informei, pois tinha me lembrado, que era o dia de Santa Bárbara, padroeira da Artilharia, e que nós não tínhamos feito nenhuma referência à data. Imediatamente ele determinou que eu preparasse algumas palavras para falar na formatura para o rancho.

Chovia a cântaros, o céu estava escuro e carregado, raios cruzavam a todo instante, trovões retumbavam como se fossem concentrações e mais concentrações explodindo no terreno; todos nós oficiais, graduados, soldados, estávamos molhados e com as feições cansadas, mas tínhamos fé, quando disse: ó Santa Bárbara, mártir que morrestes pela sua fé intercede junto a Deus e nos proteja. Imediatamente, um relâmpago coriscou no horizonte, mais rápido que o pensamento, com estrondoso ribombar de trovões, como se a artilharia celeste estivesse a serviço do senhor, respondendo ao seu comando de bateria fogo! Lembramos o seu suplício e sofrimento por acreditar na glória de Deus e nós, como artilheiros, tínhamos a mística da nossa padroeira e protetora e que pela sua intercessão nós e nossas famílias estaríamos seguros e abençoados pelo Senhor. Finalmente, saudamos Santa Bárbara por ser venerada em todos os quartéis de Artilharia do mundo. Ela traz a ressurreição da fé em nossos corações, bem como perdoa nossas falhas e omissões no serviço à Pátria.

Ao encerrar a alocução todos nós estávamos profundamente emocionados e contentes e a chuva foi amainando aos pouquinhos.

Após tantos anos, os jovens capitães, hoje velhos coro-

néis, quando se encontram lembram essa passagem com carinho e muita emoção. Todos mantiveram a fé e deram o melhor de si para manter a mística do Exército, da Artilharia e do querido 31º GAC, o Grupo Escola.

Brasília, 12 de Dezembro de 2001.

Nota do Editor:

Bárbara de Nicomédia foi uma virgem mártir do século III, nascida cerca de 280 d.C. em Nicomédia, atual Izmit, Turquia. Ela é comemorada como santa cristã na Igreja Católica Romana e na Igreja Ortodoxa. Em Portugal e no Brasil tornou-se popular a devoção à Santa Bárbara, invocada como protetora por ocasião de tempestades, raios e trovões. Comemora-se Santa Bárbara no dia 4 de Dezembro de cada ano. Padroeira dos artilheiros, mineiros e dos que lidam com fogo. Morreu cerca de 317 d.C. na cidade natal ([google.com](https://www.google.com)).

"BY GUM! OL' FATHER
CHRISTMAS!!!"

1917-18



GREETINGS
FOR

CHRISTMAS AND NEW YEAR
FROM THE
11TH DIVISION

EM COMBATE ^

Cartão de Natal da Primeira Guerra Mundial, utilizado nas trincheiras, em 1917. O humor negro costumava fazer parte do dia-a-dia dos soldados, em meio às dificuldades e prigos do front e das saudades de casa.

A FAHIMTB E SUA ANTECESSORA, A AHIMTB

A Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) foi fundada em Resende, RJ, em 1º de março de 1996 e reorganizada em 23 de abril de 2012 como Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), com sede no interior da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), e mais cinco academias federadas:

- A AHIMTB/RESENDE – Academia Marechal Mário Travassos, junto à FAHIMTB na AMAN e presidida pelo acadêmico emérito Cel Claudio Moreira Bento;

- A AHIMTB/Distrito Federal – Academia Marechal José Pessoa, com sede no Colégio Militar de Brasília, sob a presidência do acadêmico emérito Gen Div Arnaldo Serafim;

- A AHIMTB/Rio de Janeiro – Academia Marechal João Batista de Mattos, com sede na Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB/RJ) e sob a presidência do acadêmico emérito Eng Ten R/2 Art Israel Blajberg;

- A AHIMTB/Rio Grande do Sul – Academia General Rinaldo Pereira da Câmara, com sede no Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) e sob a presidência do acadêmico emérito Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis; e

- A AHIMTB/São Paulo – Academia General Bertoldo Klinger, com sede no Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba (IHGGS), sob a presidência do acadêmico Historiador Adilson Cesar, também o presidente do citado Instituto. As citadas AHIMTB funcionam com delegações de poderes específicos da FAHIMTB e AHIMTB/Resende.

A AHIMTB foi fundada na data do aniversário do término da Guerra do Paraguai e do início do ensino militar na Academia Militar das Agulhas Negras em Resende. Teve, como sua sucessora, a FAHIMTB e as AHIMTB federadas, que são destinadas a desenvolver a História das Forças Terrestres do Brasil: Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Forças Auxiliares e outras forças que as antecederam desde o Descobrimento.

A FAHIMTB, com sede e foro em Resende mas de amplitude nacional, tem como patrono o Duque de Caxias e como patronos de cadeiras historiadores militares terrestres consagrados.

O TUIUTI

Informativo oficial da AHIMTB/RS

Para visualização, recomendamos o uso de um leitor de PDF atualizado (ADOBE Reader ou equivalente, versão 5.0 ou superior) com as opções do Menu **View**, item **Page Display**, **Two Page View**, **Show Gaps Between Pages** e **Show Cover Page in Two Pages View** ligadas. Dessa forma, o informativo será exibido na forma projetada.

Caso seu programa esteja em Português, escolha no Menu **Visualizar**, o item **Exibir Página**, clique em **Exibição em Duas Páginas** e **Exibir Página de Rosto em Exibição em Duas Páginas**.



O **Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis** é responsável pelo projeto gráfico e pelo design do informativo **O Tuiuti**, do que muito se orgulha.

Com o objetivo de divulgar a História, sobretudo em seu viés militar, o Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis tem, como missão, levar ao máximo possível de pessoas o conhecimento da História Militar, divulgando sua importância, resgatando os seus valores e as suas memórias, fornecendo subsídios para uma educação integral e de qualidade. Nossa postura é absolutamente independente, livre de qualquer posição política ou religiosa, voltada unicamente para a preservação e divulgação do conhecimento histórico, sem qualquer conexão com entidades que não tenham cunho explicitamente cultural. Mais informações no endereço **www.nucleomilitar.com**

Apoio à FAHIMTB:





AHIMTB / RS

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL / RS

